

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2024.

OFÍCIO CEDIND/SESDSH nº 001/2024

À
Exma. Sra.
Professora Roberta Barreto
Secretária Estadual de Educação
Governo do Estado do Rio de Janeiro

Prezada secretária Roberta

O Conselho Estadual dos Direitos Indígenas do Rio de Janeiro (CEDIND/RJ), órgão colegiado, permanente e de caráter consultivo no âmbito e vinculado a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDSH), criado pelo Decreto Estadual nº 46.218, de 11 de janeiro de 2018, vem manifestar sua profunda decepção com o cancelamento unilateral da reunião presencial na SEEDUC que havia sido agendada para ser realizada em 18/01/24 e que foi cancelada pela secretaria em cima da hora, por e-mail, na terça-feira da semana passada, 16/01/24, apesar de todos os caciques e professores indígenas terem sido convidados desde o ano passado.

Como ficou definido na reunião presencial na sede da SEEDUC em novembro do ano passado, que teve a participação ativa das subsecretárias de educação Joílza Rangel e Erika Rangel, foi acordado que seria realizada uma nova reunião presencial, desta vez com a presença de todos os caciques e professores indígenas das escolas das 7 (sete) aldeias Guarani e Pataxó que vivem em Paraty, Angra dos Reis e Maricá, constituindo uma população de mais de 1.000 indígenas aldeados.

Nessa reunião presencial realizada na SEEDUC em 01/11/2023, representantes da Comissão de Educação do CEDIND, lideranças e professores indígenas das aldeias apresentaram às subsecretárias Joílza Rangel e Erika Rangel uma extensa lista de prioridades na área da Educação Escolar Indígena obtidas em oitivas coordenadas pela Defensoria Pública Estadual – DPE/RJ e realizadas, in loco, nas comunidades indígenas do Rio de Janeiro, ao longo do ano de 2023.

Também ficou definido que a próxima reunião teria a presença de todos os caciques das aldeias, professores indígenas e membros do CEDIND e que o objetivo do encontro seria ouvir da SEEDUC quais políticas públicas para a educação diferenciada indígena serão oferecidas às escolas indígenas do Estado do Rio e quais os encaminhamentos previstos para atender as suas prioridades educacionais reportadas na reunião de novembro passado, e que é sempre bom lembrar, são antigas e de conhecimento da SEEDUC há muitos anos pois a educação escolar indígena no estado do Rio é uma das mais precárias do país, uma situação que envergonha o magistério em nosso estado.



Persistindo em sua missão institucional de defender os direitos dos povos originários no Estado do Rio de Janeiro, tanto as comunidades aldeadas com os indígenas em contexto urbano, o CEDIND vem solicitar diretamente a professora Roberta Barreto, Secretária Estadual de Educação em nosso estado, que reagende para uma data próxima a prometida reunião presencial na SEEDUC com os caciques e professores indígenas de todas as aldeias de Paraty, Angra dos Reis e Maricá e membros da Comissão de Educação do CEDIND para ouvir da equipe responsável pela educação diferenciada indígena da SEEDUC qual o seu plano de ação para 2024 e quais as medidas a curto, médio e longo prazos estão previstas para ser implementadas com vistas a atender as prioridades educacionais das aldeias já apresentadas a SEEDUC e que, visando contribuir com a secretaria, consolidamos na lista que segue em anexo.

Aproveitamos para informar também que, se não houver espaço físico adequado na sede da SEEDUC para uma reunião de um grupo de vinte lideranças e professores das sete aldeias no estado, desde já oferecemos uma das salas de reunião ou auditórios disponíveis no prédio da Central do Brasil, onde fica a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos (SESDDH) e a qual o CEDIND/RJ está diretamente vinculado.

No aguardo de sua sugestão de data para agendar a reunião com as lideranças tradicionais e professores indígenas das aldeias do Estado do Rio de Janeiro, apresentamos nossos votos de consideração e de sucesso em sua gestão à frente da SEEDUC.

Cordialmente,

Carlos A. F. Machado Tukano
Presidente dos Indígenas em Contexto Urbano

Nino Werá Benite da Silva
Presidente dos Indígenas Aldeados

Cópia para:

- Ouvidoria da Defensoria Pública Estadual (DPE/RJ)
- Defensoria Pública da União (DPU)



LISTA DE PRIORIDADES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA DAS ALDEIAS GUARANI E PATAXÓ SITUADAS EM PARATY, ANGRA DOS REIS E MARICÁ

1. Implantação imediata do ensino médio nas aldeias que tem alunos indígenas que já concluíram o ensino fundamental e estão há mais de dois anos sem poder dar continuidade aos estudos o que traz frustração e ansiedade a estes jovens indígenas;
2. Criação, no plano de cargos e salários da SEEDUC, dos cargos de magistério indígena e outros cargos afins a uma escola indígena como: educador indígena, professor da cultura e da língua Guarani que é a língua falada por todos os indígenas das aldeias Guarani de Paraty, Angra dos Reis e Maricá, e os cargos de merendeiras, limpeza, zelador etc;
3. Definir o plano de carreira para os professores, educadores indígenas e demais cargos das escolas indígenas, com vistas a integrar os profissionais que trabalham nas escolas estaduais das sete aldeias do Rio de Janeiro nas carreiras de magistério da SEEDUC;
4. Realização de concurso específico pra preencher os cargos de magistério indígena e cargos afins das escolas nas aldeias Guarani e Pataxó do Rio de Janeiro;
5. Ampliação do número de salas de aulas e demais instalações das escolas estaduais das aldeias de Araponga, Itaxim, Rio Pequeno e Sapukai, bem como a nomeação dos seus respectivos diretores e vice-diretores;
6. Inserir a aldeia Pataxó do Iriri, em Paraty, nas políticas públicas de educação escolar indígena, pois essa comunidade indígena Pataxó está desassistida pela SEEDUC;
7. Adoção de material didático na língua Guarani falada nas sete aldeias existentes em Paraty, Angra dos Reis e Maricá, como já ocorre há vários anos nas escolas indígenas de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e de outros estados onde há comunidades Guarani. Numa primeira fase, poderão ser adotados materiais usados nesses outros estados e criado um grupo de trabalho com professores indígenas e da SEEDUC para criar material local;
8. Promover maior integração da SEEDUC junto a Secretaria Municipal de Educação de Maricá que, desde 2014, através de convênio celebrado entre as secretarias do estado e do município, ficou responsável pelas escolas indígenas nas duas aldeias Guarani situadas nos bairros de Itaipuaçu e em São José de Imbassá;
9. Adequação da merenda escolar das escolas indígenas aos hábitos culturais e alimentares do povo Guarani, incluindo itens como farinha de mandioca, fubá, milho, canjica, frutas, verduras e outros itens que fazem parte da alimentação tradicional do povo Guarani, bem como a contratação de merendeiras indígenas moradoras das aldeias;
10. Dar maior transparência aos recursos destinados pela SEEDUC às escolas estaduais indígenas do estado do Rio, de modo que os caciques e lideranças das aldeias tenham ciência e possam validar a destinação, bem como acompanhar sua aplicação;
11. Discutir com as lideranças e professores indígenas das aldeias a melhor forma de oferecer os cursos de magistério indígena para que sejam mais acessíveis aos indígenas de todas as aldeias do estado do Rio interessados em formar-se em magistério indígena;
12. Reativar o Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena que se encontra inativo há vários anos, promovendo a atualização do seu estatuto e elegendo novos conselheiros.